



TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Conferência em www.tcees.tc.br
Identificador: 71FB5-6B89E-7B48C



Relatório Técnico 00400/2022-3

Protocolo(s): 24817/2022-9

Assunto: Procedimento preliminar de análise de contas

Criação: 18/01/2023 13:23

Origem: NPPREV - Núcleo de Controle Externo de Fiscalização de Pessoal e Previdência

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (PREFEITO)

Município	ICONHA
Exercício	2021
Vencimento	31/03/2024
Prefeito(s) ¹	GEDSON BRANDAO PAULINO
Prefeito ²	GEDSON BRANDAO PAULINO

1. Responsável(eis) pelo governo
2. Responsável pelo envio da prestação de contas

RELATOR:

LUIZ CARLOS CICILIOTTI DA CUNHA

AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO:

MARGARETH CARDOSO ROCHA MALHEIROS

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	3
2	POLÍTICA PREVIDENCIÁRIA.....	4
2.1	PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL.....	5
2.2	UNIDADE GESTORA ÚNICA	6
3	GESTÃO PREVIDENCIÁRIA	7
3.1	EQUILÍBRIO FINANCEIRO	3
3.1.1	Resultado Orçamentário do Regime de Previdência	3
3.1.2	Resultado Financeiro do Regime de Previdência	4
3.1.3	Aportes para Cobertura de Insuficiência Financeira	4
3.1.4	Acumulação de Reservas para Capitalização do Regime de Previdência	5
3.1.5	Adimplência de Contribuições Previdenciárias e Parcelamentos	6
3.2	EQUILÍBRIO ATUARIAL	7
3.2.1	Avaliação Atuarial do Exercício	8
3.2.2	Evolução das Avaliações Atuariais	9
3.2.3	Implementação e Efetividade do Plano de Amortização.....	9
4	REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA.....	13
5	MONITORAMENTOS	14
6	CONCLUSÃO E PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO	14

1 INTRODUÇÃO

As contas anuais, objeto de apreciação nos presentes autos, refletem a conduta do Sr. **GEDSON BRANDAO PAULINO**, no exercício de suas atribuições como prefeito municipal de Iconha, no exercício de 2021.

Compete ao Núcleo de Controle Externo de Previdência e Pessoal – NPPREV a elaboração de relatório técnico específico, manifestando-se acerca de circunstâncias que possam repercutir na apreciação de contas prestadas pelo chefe do Poder Executivo, no que tange à condução da política previdenciária, nos termos previstos pelo art. 9º, §§ 1º e 2º, da Resolução TC 297/2016¹.

Com vistas ao julgamento das contas de governo do Sr. **GEDSON BRANDAO PAULINO**, as contas ora apresentadas, autuadas neste Tribunal sob o Processo TC-07880/2022-1, foram objeto de análise pelo auditor de controle externo que subscreve o presente Relatório Técnico (RT), cujas constatações apresentam-se nele descritas.

A análise das contas teve o escopo delimitado pela Resolução TC 297/2016, sendo realizada com base na apreciação das peças e demonstrativos encaminhados pelo gestor responsável, em documentos das contas dos demais órgãos e entidades vinculados ao regime próprio de previdência, assim como em informações disponibilizadas pela Secretaria de Previdência do Governo Federal, contemplando a gestão da política previdenciária do respectivo ente federativo.

Considerando o resultado da análise do processo sob apreciação, tem-se a evidenciar o que segue:

¹ Art. 9º A instrução dos processos de tomada ou prestação de contas apresentadas pelos ordenadores de despesas e administradores dos regimes próprios de previdência municipal e estadual, observará o seguinte escopo: (...)

§ 1º Serão consideradas nas contas de governo as irregularidades ou impropriedades identificadas na instrução dos processos de que trata o caput deste artigo que possam repercutir na apreciação das contas prestadas pelo chefe do Poder Executivo; (Parágrafo incluído pela Resolução 320/2018, DOELTCEES 26.9.2018)

§ 2º Para os fins do disposto no § 1º, a unidade técnica responsável pela instrução dos processos de prestação de contas dos regimes próprios de previdência elaborará o relatório técnico específico que subsidiará a análise das contas de governo. (Parágrafo incluído pela Resolução 320/2018, DOELTCEES 26.9.2018)

2 POLÍTICA PREVIDENCIÁRIA

O modelo brasileiro de seguridade é composto por três pilares (saúde, assistência e previdência) que visam garantir a oferta de benefícios previdenciários, em sistema contributivo e de filiação obrigatória, além de serviços de proteção social aos cidadãos, em atenção aos objetivos previstos na Constituição da República.

O sistema nacional de previdência está dividido em três regimes (Regime Geral de Previdência Social, Regime Próprio de Previdência e Previdência Complementar) cujas características encontram-se apresentadas a seguir:

Quadro 1) Pilares do Sistema Previdenciário Brasileiro

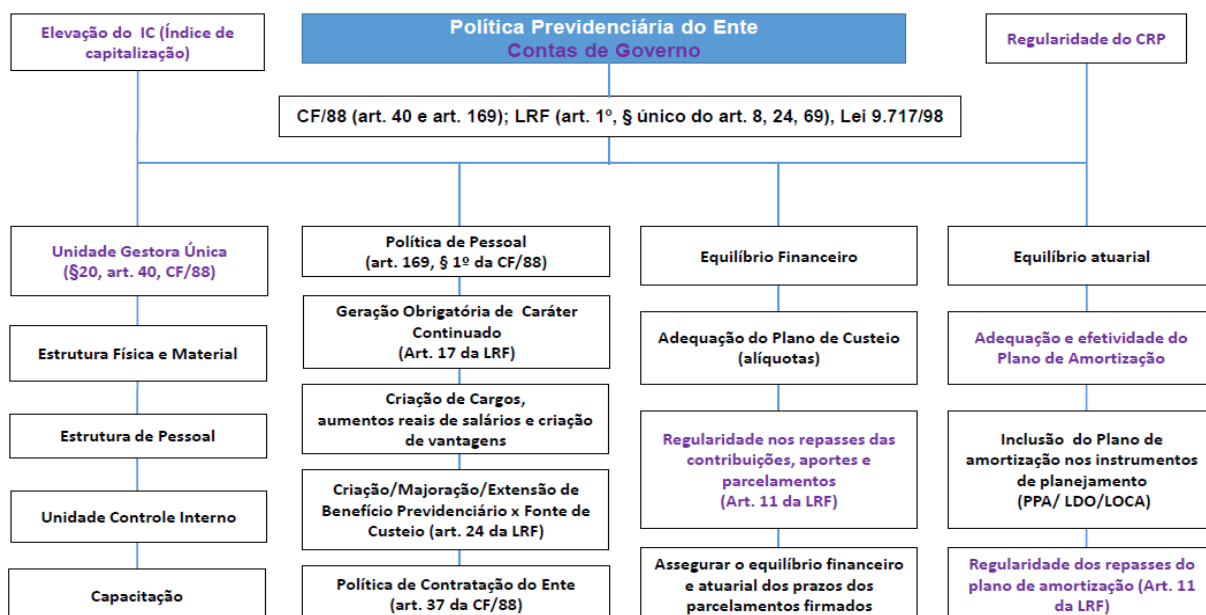
Características Básicas	Regime Geral de Previdência Social – RGPS	Regime Próprio de Previdência Social – RPPS	Regime de Previdência Complementar – RPC
Segurados	Trabalhadores do setor privado e servidores não vinculados ao RPPS	Servidores públicos	Todos os trabalhadores
Filiação	Compulsório	Compulsório	Facultativo*
Natureza	Sistema público	Sistema público	Sistema privado*
Gestão	INSS / Receita Federal do Brasil	Entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios)	Entidades privadas de previdência complementar (fechadas ou abertas)
Proteção	Benefícios limitados ao teto	Benefícios podem ou não ser limitados ao teto	Benefícios complementares
Fundamento constitucional	Artigo 201 da CF	Art. 40 da CF	Art. 202 da CF
Fundamento legal	Leis 8.212 e 8.213/1991	Lei 9.717/1998 e leis de cada ente	LC 108 e 109/2001

* A EC 103/2019 altera o art. 40, §§ 14 a 16, da CF/88, tornando obrigatória a adoção de Regime de Previdência Complementar nos entes que possuem Regime Próprio de Previdência Social.

Fonte: MOTTA, Leonardo da Silva. Normas Gerais dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS. Secretaria de Previdência/Ministério da Fazenda

Verifica-se a adoção de Regime Próprio de Previdência Social no município de Iconha, instituído por meio da Lei Municipal 34, de 31 de janeiro de 1992.

A condução da política previdenciária por parte do ente federativo instituidor requer a existência de unidade gestora única do sistema previdenciário, condução adequada da política de pessoal, além de manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial estabelecida pela Constituição Federal, conforme demonstrado:



2.1 PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

O planejamento da política previdenciária envolver a existência de programação orçamentária específica que contemple os recursos destinados à execução do plano de amortização do déficit atuarial, quando instituído o plano em lei pelo ente federativo, uma vez que representa uma despesa obrigatória de caráter continuado, nos termos previstos pelo art. 165, § 1º, da Constituição Federal.

A Resolução TC 297/2016, com redação dada pela Resolução TC 334/2019, prevê a necessidade da existência de programação nos instrumentos de planejamento contemplando o plano de amortização estabelecido em lei pelo ente federativo.

Verifica-se que o ente federativo adotou plano de amortização para equacionamento do déficit atuarial do RPPS, instituído inicialmente com base na Lei Municipal 605, de 11 de agosto de 2010, com atualização dada pela Lei Municipal 1.166/2020, que prevê modelo de aportes atuariais crescentes, aplicáveis até o exercício de 2054.

Com base em informações do arquivo DELPROG, o gestor responsável declara a existência de programação orçamentária específica contemplando o plano da amortização do déficit atuarial do RPPS, por meio do Programa 8888 – Amortização do Déficit Atuarial do RPPS, conforme previsão no Plano Plurianual (Lei Municipal 986/2017), assim como da Ação 0.002 – Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial do RPPS, previsto na Lei Orçamentária Anual (Lei Municipal 1.173/2020).

Em consulta à LOA, verifica-se a previsão de R\$ 2.082.402,17 na referida ação, em consonância com a informação registrada na DELPROG.

Nesse sentido, a programação orçamentária do Município de Iconha encontra-se em conformidade com o disposto pelo art. 165, § 1º, da Constituição Federal.

2.2 UNIDADE GESTORA ÚNICA

É vedada a existência de mais de um Regime Próprio de Previdência Social para os servidores titulares de cargos efetivos ou mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente estatal, conforme estabelece o texto da Constituição Federal:

Art. 40. (...)

§ 20. É vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social e de mais de um órgão ou entidade gestora desse regime em cada ente federativo, abrangidos todos os poderes, órgãos e entidades autárquicas e fundacionais, que serão responsáveis pelo seu financiamento, observados os critérios, os parâmetros e a natureza jurídica definidos na lei complementar de que trata o § 22. (Redação dada pela EC nº 103, de 2019).

As aposentadorias concedidas anteriormente à criação do RPPS, assim como as pensões delas decorrentes, constituem benefícios de natureza estatutária e, portanto, não devem estar abrangidas no conceito de unidade gestora única.

Em consulta à declaração da existência de pagamento de benefícios previdenciários diretamente pelo Chefe do Poder Executivo (DECINAT), não foi identificada a existência de pagamentos sob responsabilidade direta do Tesouro municipal.

Por outro lado, em base na execução orçamentária dos órgãos e entidades públicas do ente federativo, disponível no módulo 'PCM' do sistema CidadES, identificou-se pagamento de aposentadorias, pensões e outros benefícios assistenciais por parte das seguintes unidades gestoras:

Tabela 1) Pagamento de Benefícios Previdenciários e Assistenciais **Em R\$ 1,00**

Unidades Gestoras	Aposentadorias 3.1.90.01.xx	Pensões 3.1.90.03.xx	Outros Benefícios Assistenciais 3.3.90.08.xx	Total
032E0800001	3.838.302,78	659.940,75	0,00	4.498.243,53
Total	3.838.302,78	659.940,75	0,00	4.498.243,53

Fonte: Demonstrativo Balancete da Despesa – PCM/2021

Conforme disposto pelo art. 9º, § 2º, da EC 103/2019, o pagamento de outros benefícios assistenciais deve ser realizado diretamente pelo ente federativo, cabendo ao regime previdenciário apenas o pagamento de aposentadorias e pensões.

Por fim, em consulta ao módulo de “Folha de Pagamento” do sistema CidadES, não se identificou a ocorrência de pagamento direto de benefícios previdenciários por parte do Tesouro do ente federativo.

Verifica-se a ausência de pagamento de aposentadorias e pensões, de forma direta por parte do Poder Executivo municipal.

Diante do exposto, depreende-se que o pagamento de benefícios previdenciários está atendendo à determinação constitucional, respeitando a unidade gestora única do Regime Próprio de Previdência Social.

3 GESTÃO PREVIDENCIÁRIA

O Regime Próprio de Previdência foi instituído por meio da Lei Municipal 34, de 31 de janeiro de 1992 (alterada pela Lei Municipal 158, de 11 de novembro de 1997 e pela Lei Municipal 1.166, de 24 de julho de 2020). O plano de benefícios concedidos aos seus segurados está previsto no art. 6º da referida legislação, e se constitui em:

Art. 6º. O Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Iconha – IPASIC concederá, nos termos desta Lei, os seguintes benefícios:

I – quanto ao segurado

- a) Aposentadoria por invalidez;
- b) Aposentaria por idade;
- c) Aposentadoria por tempo de serviço;
- d) Aposentadoria especial.

e) II – quanto ao dependente:

- a) Pensão por morte.

Para custear tais despesas, por meio dos arts. 3º e 5º da Lei Municipal 34/1992, (alterados pela Lei Municipal 1.166/2020), foram fixadas as seguintes alíquotas para o plano de custeio:

Art. 3º. A contribuição previdenciária de que trata o inciso III do art. 2º, em relação aos Segurados serão consignadas nas respectivas folhas de

pagamento, sendo devida no percentual de 14% (quatorze por cento), incidentes sobre a totalidade da remuneração de contribuição.

[...]

Art. 5º. A contribuição previdenciária de que trata o inciso III do art. 2º, em relação ao Município e demais Órgãos a que estão subordinados os Segurados, nos termos do inciso I do art. 2º, **será de 19,56% (dezenove vírgula cinquenta e seis por cento) de custo normal**, incidentes sobre a totalidade da remuneração de contribuição.

O ente promoveu a revisão dos planos de custeio e de benefícios oferecidos pelo regime próprio de previdência, em conformidade com a Lei Municipal 1.166/2020, tendo em vista à necessidade de atendimento ao disposto pelo art. 9º, §§ 2º e 4º, da Emenda Constitucional 103/2019.

A alíquota de contribuição previdenciária dos servidores encontra-se atualmente estabelecida no percentual de 14,00% da base de cálculo, conforme previsão do art. 3º da Lei Municipal 34/1992, com redação dada pela Lei Municipal 1.166/2020.

As alíquotas patronais, sob responsabilidade dos órgãos e entidades municipais, destinadas à cobertura do custeio normal do plano de benefícios previdenciários, apresentam a seguinte evolução, conforme demonstrado:

Tabela 2) Alíquotas Patronais Destinadas ao Custeio Normal do RPPS Em R\$ 1,00

Histórico	Dispositivo Normativo	Alíquota
1	Art. 5º da Lei Municipal 34, de 31 de janeiro de 1992	10,00%
2	Art. 2º da Lei Municipal 462, de 22 de novembro de 2007	11,00%
3	Art. 1º da Lei Municipal 574, de 20 de novembro de 2009	13,64%
4	Art. 1º da Lei Municipal 587, de 30 de março de 2010	12,83%
5	Art. 1º da Lei Municipal 636, de 29 de março de 2011	13,02%
6	Art. 1º da Lei Municipal 697, de 24 de maio de 2012	14,09%
7	Art. 2º da Lei Municipal 929, de 23 de novembro de 2016	15,26%
8	Art. 3º da Lei Municipal 958, de 10 de maio de 2017	17,44%
9	Art. 1º da Lei Municipal 974, de 05 de julho de 2017	17,44%
10	Art. 2º da Lei Municipal 1.038, de 06 de julho de 2018	19,56%
11	Art. 2º da Lei Municipal 1.084, de 17 de maio de 2019	19,56%
12	Art. 2º da Lei Municipal 1.166, de 24 de julho de 2020	19,56%
13	Art. 1º da Lei Municipal 1.268, de 12 de novembro de 2021	21,16%*

*Custo total a partir de janeiro/2022, sendo 17,56% de custo normal e 3,6% de taxa de administração.

Fonte: Legislação municipal

Verifica-se correspondência entre a alíquota patronal normal estabelecida em lei pelo ente federativo e o plano de custeio normal apurado pela avaliação atuarial (DEMAAT), com data base posicionada em 31/12/2021.

Por meio do Demonstrativo do Resultado da Avaliação Atuarial – DRAA, disponível no sistema Cadprev², elaborou-se a evolução do quantitativo de beneficiários vinculados ao RPPS, conforme demonstrado:

Tabela 3) Quantitativo de Beneficiários Vinculados ao RPPS **Em R\$ 1,00**

DRAA	2018	2019	2020	2021	2022*
Data-base da avaliação	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021
Servidores Ativos	364	350	334	311	293
Aposentados	89	99	112	129	137
Pensionistas	31	32	32	36	37
Total	484	481	478	476	467

*Dados extraídos do DEMAAT – PCA/2021

Fonte: Demonstrativo DRAA – Sistema Cadprev

De acordo com o resultado da avaliação atuarial (DEMAAT), encaminhada em 2022, data-base: 31/12/2021, constata-se que a proporção de ativos/inativos está em 1,68, significando um quadro **crítico**³ para o RPPS, segundo classificação de Nogueira (fls. 220/221)⁴.

Ressalta-se que os dados constantes do DRAA 2022, disponível no Sistema Cadprev/SPREV, encontram-se discrepantes com relação ao DEMAAT, razão pela qual optou-se pelos dados registrados neste demonstrativo.

Com relação ao regime de previdência complementar, exigência estabelecida pelo art. 40, §§ 14 a 16, da Constituição Federal, verifica-se sua regular instituição, em observância ao prazo de 2 (dois) anos disposto pelo § 6º do art. 9º da Emenda Constitucional 103/2019, conforme previsão da Lei Municipal 1.252/2021.

² Disponível em: <https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/>. Acesso em: 09/11/2022.

³ Os RPPS de cada grupo foram qualificados no que se refere **à relação existente entre o número total de servidores ativos e o número total de aposentados e pensionistas**, conforme as seguintes faixas de “Situação”:

a) Crítico (até 3,0): Para cada aposentado ou pensionista existem no máximo 3 servidores ativos. Um RPPS nessa situação possivelmente já apresenta um déficit financeiro, que está sendo suprido pela utilização de recursos do Ativo Líquido acumulado no passado ou por meio de aportes mensais repassados pelo Estado ou Município.

b) Preocupante (mais de 3,0 até 5,0): Para cada aposentado ou pensionista existem entre 3 e 5 servidores ativos. Talvez esse RPPS ainda não apresente déficit financeiro, mas a relação indica que brevemente a arrecadação das contribuições sobre a folha de pagamento dos servidores ativos se tornará insuficiente para o pagamento das aposentadorias e pensões.

c) Razoável (mais de 5,0 até 10,0): Para cada aposentado ou pensionista existem entre 5 e 10 servidores ativos. Situação intermediária, na qual o RPPS ainda manterá o seu superávit financeiro por algum tempo.

d) Confortável (mais de 10,0): Para cada aposentado ou pensionista existem mais de 10 servidores ativos. O RPPS manterá seu superávit financeiro por um período considerável, permitindo que seu Ativo Líquido continue tendo acumulação de recursos. [g.n]

⁴ NOGUEIRA, Naron Gutierre. O equilíbrio financeiro e atuarial dos RPPS: de princípio constitucional a política pública de estado. Brasília: MPS, 2012. 336 pág.

3.1 EQUILÍBRIO FINANCEIRO

O equilíbrio financeiro decorre de disposições expressas do art. 40, *caput*, da Constituição Federal, do art. 69 da LRF, assim como do art. 1º da Lei Federal 9.717/1998, representando a garantia de equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações assumidas pelo RPPS em cada exercício financeiro.

O ente federativo deve garantir a totalidade dos riscos cobertos no plano de benefícios, preservando o equilíbrio financeiro e atuarial do regime previdenciário, sendo responsável pela cobertura de insuficiências financeiras decorrentes do pagamento de obrigações, nos termos previstos no art. 2º da Lei Federal 9.717/1998.

3.1.1 Resultado Orçamentário do Regime de Previdência

O Regime Próprio de Previdência do município de Iconha apresentou o seguinte resultado orçamentário do exercício financeiro, conforme demonstrado:

Tabela 4) Balanço Orçamentário do RPPS **Em R\$ 1,00**

Receitas	Exercício	Exercício Anterior	Despesas	Exercício	Exercício Anterior
Contribuições	2.983.400,35	2.931.018,70	Pessoal e Encargos	4.630.818,72	4.098.993,15
Patrimonial	0,00	0,00	Outras Desp. Correntes	93.725,29	140.275,02
Outras Rec. Correntes	2.324.880,81	1.953.376,52	Investimentos	0,00	8.243,00
Déficit	0,00	0,00	Superávit	584.217,15	637.394,05
Total	5.308.761,16	4.884.905,22	Total	5.308.761,16	4.884.905,22

Fonte: Demonstrativo BALORC/RPPS – PCA/2021

Em consulta aos Balanços Orçamentários do RPPS, observa-se o comportamento do resultado orçamentário dos últimos exercícios, conforme segue:

Tabela 5) Evolução do Resultado Orçamentário do RPPS **Em R\$ 1,00**

Exercício	Resultado Orçamentário
2019	960.414,60
2020	637.394,05
2021	584.217,15

Fonte: Demonstrativo BALORC/RPPS – PCA/2021/2020/2019

Verifica-se que o resultado orçamentário do exercício de 2021 apresentou ligeira redução comparativamente aos resultados dos exercícios anteriores, apesar da manutenção do resultado orçamentário positivo.

3.1.2 Resultado Financeiro do Regime de Previdência

No exercício em análise, observa-se que as receitas correntes, deduzida a receita com remuneração de investimentos, assim como a receita para amortização do déficit atuarial, foram suficientes para o pagamento de benefícios previdenciários e despesas administrativas do RPPS.

Tabela 6) Equilíbrio Financeiro do Fundo Previdenciário **Em R\$ 1,00**

Análise financeira do RPPS	
(+) Receitas Orçamentárias	5.308.761,16
(+) Transferências Financeiras Recebidas	1.771.956,88
(-) Receita para Amortização do Déficit Atuarial	-2.279.891,02
(-) Despesas Empenhadas	-4.724.544,01
(=) Suficiência Financeira	76.283,01

Fonte: Demonstrativo Balancete da Receita, BALFIN e DEMVAP/RPPS – PCA/2021

Depreende-se que o Regime Próprio de Previdência foi capaz de manter o equilíbrio financeiro em suas operações, resguardando o rendimento de aplicações financeiras e as receitas destinadas à amortização do déficit atuarial do RPPS.

3.1.3 Aportes para Cobertura de Insuficiência Financeira

O aporte concedido para a cobertura de insuficiência financeira do Fundo Previdenciário resultou no seguinte dispêndio em sua origem e arrecadação em seu destino, conforme transferências financeiras registradas:

Tabela 7) Transferências Financeiras **Em R\$ 1,00**

UNIDADES GESTORAS	ENTE	RPPS
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	13.224.551,09	1.771.956,88
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	11.452.594,21	0,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de Recursos para o RPPS	1.771.956,88	1.771.956,88
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	13.224.551,09	0,00
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	11.452.594,21	0,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de Recursos para o RPPS	1.771.956,88	0,00

Fonte: Demonstrativo BALFIN/RPPS – PCA/2021

Em consulta ao Balanço Financeiro, observa-se o comportamento dos aportes recebidos para a cobertura de insuficiência financeira do Fundo Previdenciário nos últimos exercícios, conforme segue:

Tabela 8) Aportes para Cobertura de Insuficiência Financeira do FP/RPPS **Em R\$ 1,00**

Exercício	Aporte Financeiro	RCL	Proporção
2019	346.000,00	50.789.799,59	0,68%
2020	1.437.156,79	55.843.704,01	2,57%
2021	1.771.956,88	58.343.088,18	3,04%

Fonte: Demonstrativo /RPPS/2021/2020/2019

Identificou-se o crescimento do aporte financeiro em 23,30%, no exercício de 2021, assim como de crescimento na relação entre o aporte financeiro e a Receita Corrente Líquida auferida pelo município de Iconha, revelando crescimento da necessidade de cobertura de insuficiência financeira por parte do Tesouro municipal.

3.1.4 Acumulação de Reservas para Capitalização do Regime de Previdência

Da análise dos dados abaixo, constata-se que a unidade gestora possui capacidade de formação de reserva, tendo contribuído neste exercício com um montante adicional de R\$76.283,01.

Tabela 9) Capacidade de Formação de Reservas

Em R\$ 1,00

Formação de Reservas	
(=) Saldo do superávit financeiro do Exercício Anterior no BALPAT	39.071.517,67
(+) Rendimentos das Aplicações Financeiras	2.684.292,32
(-) VPD Financeiras	-4.077.677,91
(+) Receita para Amortização do Déficit Atuarial	2.279.891,02
(=) Saldo que <u>deveria existir</u> para Equacionamento do Déficit Atuarial	39.958.023,10
(=) Saldo do superávit financeiro <u>existente</u> no BALPAT	40.034.306,11
(=) Variação das Reservas do RPPS	76.283,01

Fonte: Demonstrativos BALPAT, DEMREC e DEMVAP/RPPS/2021

Desta forma, verifica-se que a situação financeira do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Iconha, no exercício de 2021, apresentou-se equilibrada, com recursos suficientes para arcar com o pagamento de benefícios previdenciários, possibilitando a formação de reservas, ainda que necessária à cobertura de déficit atuarial por meio de plano de amortização.

A capacidade de formação de reservas do RPPS apresentou os seguintes resultados nos últimos exercícios financeiros, conforme demonstrado:

Tabela 10) Evolução da Capacidade de Formação de Reservas do RPPS

Em R\$ 1,00

Exercício	Resultado
2019	35.429.857,49
2020	39.071.517,67
2021	40.034.306,11

Fonte: Demonstrativo BALPAT/RPPS/2021

Em análise às contas anuais apresentadas pelo Regime Próprio de Previdência, depreende-se pela existência de crescimento das reservas previdenciárias constituídas, contribuindo positivamente para o equacionamento do déficit atuarial.

3.1.5 Adimplência de Contribuições Previdenciárias e Parcelamentos

Com base nas peças que integram a PCA do RPPS, foram avaliados os recolhimentos de valores devidos em contribuições previdenciárias, a título de obrigações patronais devidas pelos órgãos e entidades municipais, bem como obrigações retidas dos servidores e recolhidas para o regime previdenciário.

Tabela 11) Receita de Contribuições Devidas ao RPPS (competência) Em R\$ 1,00

Órgãos		Contribuição do Servidor	Contribuição Aposentado Pensionista	Contribuição Patronal	Total
UG / CNPJ	Descrição				
032E0700001	Prefeitura Municipal de Iconha	781.131,19	0,00	1.090.964,13	1.872.095,32
032E0500001	Fundo Municipal de Saúde de Iconha	314.859,05	0,00	439.903,59	754.762,64
032E0100002	Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Iconha	44.311,40	0,00	60.746,37	105.057,77
032L0200001	Câmara Municipal de Iconha	83.664,68	0,00	116.891,57	200.556,25
007E0700001	Prefeitura Municipal de Anchieta	3.632,80	0,00	5.075,54	8.708,34
032E0800001	Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Iconha	19.876,87	8.060,21	21.021,28	48.958,36
Total		1.247.475,99	8.060,21	1.734.602,48	2.990.138,68

Fonte: Demonstrativo DEMREC/RPPS/2021

Tabela 12) Receita de Contribuições Recolhidas ao RPPS Em R\$ 1,00

Órgãos		Contribuição do Servidor	Contribuição Aposentado Pensionista	Contribuição Patronal	Total
UG / CNPJ	Descrição				
032E0700001	Prefeitura Municipal de Iconha	781.131,19	0,00	1.090.964,13	1.872.095,32
032E0500001	Fundo Municipal de Saúde de Iconha	314.859,05	0,00	439.903,59	754.762,64
032E0100002	Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Iconha	43.479,09	0,00	60.746,37	104.225,46
032L0200001	Câmara Municipal de Iconha	83.664,68	0,00	116.891,57	200.556,25
007E0700001	Prefeitura Municipal de Anchieta	3.632,79	0,00	4.687,11	8.319,90
032E0800001	Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Iconha	15.045,90	8.060,21	21.021,28	44.127,39
Total		1.241.812,70	8.060,21	1.734.214,05	2.984.086,96

Fonte: Demonstrativo DEMREC/RPPS/2021

Considerando as contribuições previdenciárias recolhidas por cada órgão e entidade com vínculo ao RPPS, promoveu-se o confronto entre os valores devidos e efetivamente arrecadados, possibilitando a identificação de débitos não repassados:

Tabela 13) Receita de Contribuições não Recolhidas ao RPPS Em R\$ 1,00

Órgãos		Contribuição do Servidor	Contribuição Aposentado Pensionista	Contribuição Patronal	Total
UG / CNPJ	Descrição				
032E0100002	Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Iconha	-832,31	0,00	0,00	-832,31
007E0700001	Prefeitura Municipal de Anchieta	-0,01	0,00	-388,43	-388,44
032E0800001	Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Iconha	-4.830,97	0,00	0,00	-4.830,97

Total	-5.663,29	0,00	-388,43	-6.051,72
--------------	------------------	-------------	----------------	------------------

Obs.: Evidencia a diferença entre as contribuições devidas e recolhidas

Fonte: Demonstrativo DEMREC/RPPS/2021

Portanto, conclui-se pela ausência de recolhimento integral das contribuições previdenciárias devidas ao RPPS.

Não obstante, a DELREPI afirma que *“a Prefeitura recolheu a totalidade das obrigações dentro do próprio mês de competência, dez/2021”*.

Lado outro, a DELQUIT/RPPS informa que parte dos valores registrados como créditos a receber, relativos ao SAAE (R\$ 832,31) e ao IPASIC (R\$4.830,97), estão sendo objeto de conciliação em 2022, podendo resultar em estorno ou recolhimento.

Insta mencionar que os valores evidenciados na Tabela 13 foram devidamente registrados como créditos a receber na UG do RPPS (032E0800001), por meio das contas 113620102 – ‘Contribuições do RPPS a Receber – Servidor, Aposentado e Pensionista’ e 113650100 – ‘Contribuições do RPPS a Receber’. Ademais, tal divergência não causou impacto significativo na análise, uma vez que os registros contábeis foram devidamente realizados pelo RPPS e consolidados pela Prefeitura, conforme se vê no Balancete de Verificação Anual Consolidado (BALVER).

Também foram analisadas as informações disponibilizadas pela Secretaria de Previdência do Governo Federal, por meio do sistema Cadprev, oportunidade em que não foram identificados acordos de parcelamento vigentes, envolvendo repasses de débitos ao RPPS.

Verifica-se a existência de correspondência entre as informações disponibilizadas pelo sistema Cadprev e os controles apresentados pelo relatório detalhado de parcelamentos previdenciários firmados (RELPAR), incluindo documentação relacionada aos parcelamentos firmados (DOCSPAR), disponíveis na PCA do RPPS de Iconha (Sistema CidadES).

3.2 EQUILÍBRIO ATUARIAL

Segundo o art. 40 da Constituição Federal, o **equilíbrio financeiro e atuarial** constitui um princípio para o ente federativo que institui o Regime Próprio de Previdência, assim como **um pilar de sustentabilidade da gestão fiscal**

responsável, tendo em vista que eventual desequilíbrio pode comprometer suas finanças públicas.

A mensuração do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS se faz por meio de estudo técnico denominado **avaliação atuarial**, baseado nas características biométricas, demográficas e econômicas da população analisada, com o objetivo principal de estabelecer, de forma suficiente e adequada, os recursos necessários para a garantia dos pagamentos dos benefícios previstos pelo plano previdenciário. Seu papel é **avaliar o plano de custeio do RPPS** para que se mantenha equilibrado, garantindo-se a continuidade do pagamento de benefícios, exigência essa prevista no art. 1º, inc. I, da Lei Federal 9.717/1998.

3.2.1 Avaliação Atuarial do Exercício

Segundo a Previdência Social, as reavaliações atuariais anuais devem apurar a situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência, avaliando a adequação da base de dados e das hipóteses utilizadas, com objetivo de apontar as medidas para a busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial.

Em consulta à legislação municipal, observa-se que o município de Iconha não instituiu a segregação da massa no RPPS, conforme se verifica das informações encaminhadas através do estudo de avaliação atuarial (DEMAAT).

Nos termos do parecer conclusivo do atuário, o RPPS apresentou saldo em ativos do Plano Previdenciário em montante inferior às provisões matemáticas previdenciárias, não observando princípio basilar dos RPPS.

Tabela 14) Apuração do Resultado Atuarial **Em R\$ 1,00**

Resultado Atuarial do Plano Previdenciário	
(-) Provisões Mat. De Benefícios Concedidos (PMBC)	60.447.339,07
(-) Provisões Mat. De Benefícios a conceder (PMBac)	64.811.670,73
(+) Total de ativos do RPPS	40.206.108,87
Resultado Atuarial = Déficit	-85.052.900,93
(+) Plano de amortização	66.845.097,45
Cobertura do Plano de Amortização = Insuficiente	-18.207.803,48

Fonte: Demonstrativo DEMAAT, data da avaliação: 31/12/2021 e data-base: 31/12/2021

Assim, verifica-se que o Regime de Previdência não possui equilíbrio atuarial, uma vez que seus ativos não são suficientes para a cobertura das provisões matemáticas

previdenciárias. No entanto, depreende-se que o plano de amortização instituído não é suficiente para realizar a cobertura do déficit atuarial do RPPS.

3.2.2 Evolução das Avaliações Atuariais

Com base nos dados encaminhados por meio do sistema Cadprev⁵, buscou-se evidenciar a evolução das provisões matemáticas previdenciárias com o objetivo de acompanhar o resultado atuarial do regime previdenciário, desconsiderando-se o plano de amortização.

Tabela 15) Evolução das Avaliações Atuariais

Em R\$ 1,00

DRAA	2018	2019	2020	2021	2022
Data base	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021
a) Ativos - PP	25.666.881,28	29.189.460,30	34.769.299,42	39.241.332,87	40.206.108,87
b) Prov. Mat.	(64.079.794,87)	(73.465.412,55)	(90.718.633,28)	(111.290.628,93)	(125.259.009,80)
Cobertura = a/b	0,40	0,40	0,38	0,35	0,32
Resultado = a-b	(38.412.913,59)	(44.275.952,25)	(55.949.333,86)	(72.049.296,06)	(85.052.900,93)
Evolução (%)	31,32%	15,26%	26,37%	28,78%	18,05%
Método de Fin.	PUC	PUC	PUC	PUC	PUC
Atuário	Thiago Fernandes	Thiago Fernandes	Richard Dutzmann	Richard Dutzmann	Richard Dutzmann

Fonte: Demonstrativo DRAA – Sistema Cadprev/SPPREV/ME

Conclui-se que as provisões matemáticas previdenciárias apresentam uma evolução superior ao acúmulo de ativos, motivo que justifica a redução do índice de cobertura, sugerindo piora na relação entre os ativos previdenciários e as reservas matemáticas previdenciárias.

3.2.3 Implementação e Efetividade do Plano de Amortização

De acordo com a Portaria MPS 464/2018, caso a avaliação atuarial de encerramento de exercício apure **déficit atuarial**, deverão ser adotadas medidas para o seu equacionamento, abrangendo instituição de plano de amortização, segregação da massa, entre outras medidas complementares.

O ente federativo deverá optar por uma das espécies de planos de amortização definidas pela legislação, devendo constar da Avaliação Atuarial a modelagem adotada, a justificativa técnica para eventual necessidade de sua alteração, além da demonstração dos respectivos impactos ao nível de solvência do RPPS.

⁵ Disponível em: <https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/>. Acesso em: 10/11/2022.

Art. 54. Para assegurar o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, o plano de amortização estabelecido em lei do ente federativo deverá observar os seguintes critérios, além daqueles previstos no art. 48:

I - garantir a solvência e liquidez do plano de benefícios, mantendo nível de arrecadação de contribuições e acumulação de reservas compatível com as suas obrigações futuras, a serem demonstrados por meio dos fluxos atuariais de que trata o art. 10;

II - que o montante de contribuição no exercício, na forma de alíquotas ou aportes, seja superior ao montante anual de juros do saldo do déficit atuarial do exercício;

III - que seja adotado plano que proporcione menor custo total, compatível com a capacidade orçamentária, financeira e fiscal do ente federativo;

IV - não poderá prever diferimento para início da exigibilidade das contribuições; e

V - contemplar as alíquotas e valores dos aportes para todo o período do plano.

(...)

§ 3º Para atendimento ao requisito previsto no inciso V do caput, a lei que instituir ou alterar plano de amortização deverá identificar todas as alíquotas e aportes e respectivos períodos de exigência por meio de tabela, além de conter os prazos para repasse na forma do inciso I do art. 50, não se admitindo a simples menção a percentuais e a outros aspectos constantes da avaliação atuarial respectiva.

Como forma de equacionamento do déficit atuarial, o ente federativo adotou plano de amortização por meio de alíquota suplementar crescente, estabelecido, inicialmente, por meio da Lei Municipal 574, de 20 de novembro de 2009. Posteriormente, por meio da Lei 1.084, de 17 de maio de 2019, houve a alteração no modelo de amortização, passando para aportes atuariais crescentes.

Tabela 16) Evolução dos Planos de Amortização do Déficit Atuarial

Histórico	Dispositivo Normativo	Modelo
1	Lei Municipal 574, de 20 de novembro de 2009	Alíquota suplementar fixa (6,83%)
2	Lei Municipal 587, de 30 de março de 2010	Alíquota suplementar fixa (5,85%)
3	Lei Municipal 636, de 29 de março de 2011	Alíquota suplementar fixa (7,40%)
4	Lei Municipal 697, de 24 de maio de 2012	Alíquota suplementar fixa (8,06%)
5	Lei Municipal 757, de 14 de agosto de 2013	Alíquota suplementar fixa (10,60%)
6	Lei Municipal 826, de 10 de julho de 2014	Alíquota suplementar fixa (11,67%)
7	Lei Municipal 910, de 21 de dezembro de 2015	Alíquota suplementar fixa (7,50%)
8	Lei Municipal 929, de 23 de novembro de 2016	Alíquota suplementar crescente
9	Lei Municipal 958, de 10 de maio de 2017	Alíquota suplementar crescente
10	Lei Municipal 1.084, de 17 de maio de 2019	Aportes atuariais crescentes
11	Lei Municipal 1.166, de 24 de julho de 2020	Aportes atuariais crescentes

Fonte: Legislação municipal

Considerando que o plano de amortização foi alterado pela legislação municipal, identificou-se a seguinte evolução das alíquotas suplementares e aportes atuariais:

Tabela 17) Aportes Atuariais/Alíquotas Suplementares**Em R\$ 1,00**

Exercício	Lei 757/2013	Lei 826/2014	Lei 910/2015	Lei 929/2016	Lei 958/2017	Lei 1084/19	Lei 1166/20
2016	10,60%	11,67%	7,50%	7,50%	-	-	-
2017	10,60%	11,67%	7,50%	9,04%	9,04%	-	-
2018	10,60%	11,67%	7,50%	10,91%	10,91%	-	-
2019	10,60%	11,67%	7,50%	12,77%	12,77%	1.285.552,69	-
2020	10,60%	11,67%	7,50%	14,64%	14,64%	1.524.129,92	1.840.000,00
2021	10,60%	11,67%	7,50%	16,51%	16,51%	1.767.350,15	2.080.000,00
2022	10,60%	11,67%	7,50%	18,38%	18,38%	2.015.282,37	2.330.000,00
2023	10,60%	11,67%	7,50%	20,24%	20,24%	2.267.996,49	3.515.000,00
2024	10,60%	11,67%	7,50%	22,11%	22,11%	2.525.563,38	4.231.866,84
2025	10,60%	11,67%	7,50%	23,98%	23,98%	2.788.054,80	4.231.866,84
2026	10,60%	11,67%	7,50%	25,85%	25,85%	3.055.543,49	4.231.866,84
2027	10,60%	11,67%	7,50%	27,71%	27,71%	3.328.103,15	4.231.866,84
2028	10,60%	11,67%	7,50%	29,58%	29,58%	3.605.808,45	4.231.866,84
2029	10,60%	11,67%	7,50%	31,45%	31,45%	3.888.735,04	4.231.866,84
2030	10,60%	11,67%	7,50%	33,31%	33,31%	4.176.959,58	4.231.866,84
2031	10,60%	11,67%	7,50%	35,18%	35,18%	4.470.559,75	4.231.866,84
2032	10,60%	11,67%	7,50%	37,05%	37,05%	4.769.614,22	4.231.866,84
2033	10,60%	11,67%	7,50%	37,05%	37,05%	4.817.310,36	4.231.866,84
2034	10,60%	11,67%	7,50%	37,05%	37,05%	4.865.483,46	4.231.866,84
2035	10,60%	11,67%	7,50%	37,05%	37,05%	4.914.138,30	4.231.866,84
2036	10,60%	11,67%	7,50%	37,05%	37,05%	4.963.279,68	4.231.866,84
2037	10,60%	11,67%	7,50%	37,05%	37,05%	5.012.912,48	4.231.866,84
2038	10,60%	11,67%	7,50%	37,05%	37,05%	5.063.041,60	4.231.866,84
2039	10,60%	11,67%	7,50%	37,05%	37,05%	5.113.672,02	4.231.866,84
2040	10,60%	11,67%	7,50%	37,05%	37,05%	5.164.808,74	4.231.866,84
2041	10,60%	11,67%	7,50%	37,05%	37,05%	5.216.456,83	4.231.866,84
2042	10,60%	11,67%	7,50%	37,05%	37,05%	5.268.621,39	4.231.866,84
2043 a 2054	-	-	-	-	-	-	4.231.866,84

Fonte: Legislação municipal

A avaliação atuarial anterior, com data base posicionada em 31/12/2020, apura a insuficiência do plano de amortização vigente no exercício, porém, quando aplicado o Limite de Déficit Atuarial – LDA, obtem-se um resultado superavitário, conforme extraído do arquivo DEMAAT disponível na PCA/2020, dispensando-se modificações no plano de amortização, indicando-se, tão somente, a alteração da alíquota da taxa de administração. Considerando que o referido estudo deve pautar a adoção de medidas pela administração ao longo do exercício de competência, verifica-se que em 2021 foi promovida a alteração da alíquota normal de 19,56% para 21,16%, sendo 17,56% o custo normal e 3,60% a taxa de administração, por meio da Lei 1.268/2021.

Por sua vez, o resultado atuarial (DEMAAT) do exercício, com data base posicionada em 31/12/2021, reafirma a insuficiência do plano de custeio suplementar, indicando a necessidade de medidas para revisão do plano de amortização vigente, destinado ao equacionamento do déficit atuarial do RPPS,

recomendando que sejam providenciados “estudos dedicados à realocação de aplicações financeiras, aportes e outros recursos que possibilitem o fortalecimento do patrimônio”, bem como seja adotada imediatamente uma das alternativas elencadas no item 9.2 do DEMAAT, conforme itens 13.1.8 e 13.1.9 do referido estudo.

Nesse sentido, considerando que o referido estudo deve pautar a adoção de medidas pela administração ao longo do exercício de competência, verifica-se que o município procedeu, por meio da Lei 1.350, de 14 de outubro de 2022, a revisão do plano de amortização para equacionamento do déficit atuarial, conforme previsto no Cenário II – com a utilização do Limite de Déficit Atuarial (LDA), calculado pela Duração do Passivo (DP), cujos reflexos serão avaliados na próxima prestação de contas anual.

Com base na Lei Municipal 1.166/2020, a adoção de plano de amortização, por meio de aportes atuariais, contribuiu para a variação patrimonial aumentativa no exercício, conforme evidenciado:

Tabela 18) Recebimento de Recursos para Amortização do Déficit Atuarial Em R\$ 1,00

Conta Contábil	Descrição	Valores
4.5.1.3.2.02.02	Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial – Aportes Periódicos	2.279.891,02
Total		2.279.891,02

Fonte: Demonstrativo Balancete de Verificação – PCM/2021

Em contrapartida, o ente federativo registrou a seguinte execução orçamentária relacionada ao pagamento do plano de amortização do déficit atuarial do RPPS:

Tabela 19) Execução Orçamentária para Amortização do Déficit Atuarial Em R\$ 1,00

Unidades Gestoras	Aliq.Suplem. Ativo PP 3.1.91.13.20	Aliq.Suplem. Inativo PP 3.1.91.13.21	Aliq.Suplem. Ativo PF 3.1.91.13.22	Aliq.Suplem. Inativo PF 3.1.91.13.23	Aporte Cobert. Déficit Atuarial 3.3.91.97.00	Total
032E0100002	0,00	0,00	0,00	0,00	74.649,19	74.649,19
032E0500001	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
032E0700001	0,00	0,00	0,00	0,00	2.076.182,43	2.076.182,43
032L0200001	0,00	0,00	0,00	0,00	129.059,40	129.059,40
032E0800001	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	2.279.891,02	2.279.891,02

Fonte: Demonstrativo Balancete da Despesa – PCM/2021

Portanto, depreende-se pela existência de proporcionalidade entre o registro de contribuições suplementares, por parte do órgão gestor do RPPS, e o respectivo repasse pelos demais órgãos transferidores.

Com relação à efetividade do plano de amortização, verifica-se a existência de parâmetros, exigindo o pagamento mínimo dos juros incidentes sobre o déficit atuarial. Contudo, a Secretaria de Previdência publicou regulamento adicional sobre os planos de amortização do déficit atuarial dos regimes próprios de previdência social: o art. 9º da IN SPREV 07/2018 estabelece prazos de implementação das regras definidas pelo art. 54, II, da Portaria MF 464/2018, conforme demonstrado:

Art. 9º A aplicação do critério previsto no inciso II do art. 54 da Portaria MF nº 464, de 2018, deverá ser demonstrada no DRAA, por meio das informações da composição do pagamento relativas ao plano de amortização.

Parágrafo único. A adequação do plano de amortização ao disposto no inciso II do art. 54 da Portaria MF nº 464, de 2018, poderá ser promovida gradualmente, com a elevação das contribuições suplementares, a partir do exercício de 2021, na forma de alíquotas ou aportes, à razão de um terço do necessário a cada ano, até atingir o valor que atenda a esse critério em 2023. (g.n.)

Com isso, a verificação do cumprimento da efetividade do plano de amortização somente seria exigível a partir do exercício de 2021, à razão de um terço ao ano, até a exigência de cumprimento total desse critério a partir do exercício de 2023.

A Portaria SEPRT 14.816/2020 ainda prorroga o prazo inicial de aplicação do parâmetro mínimo de amortização do déficit atuarial para o exercício de 2022, ou seja, exigindo o cumprimento total desse critério a partir do exercício de 2024.

Em consulta ao Demonstrativo do Resultado da Avaliação Atuarial – DRAA, com data base posicionada com o estudo atuarial (DEMAAT), identificou-se contribuição mínima do plano de amortização, superando o montante de juros sobre o saldo do déficit atuarial, na razão proposta pelo art. 9º da IN SPREV 07/2018, assim como pela Portaria SEPRT 14.816/2020.

4 REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA

O Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP é o documento, fornecido pela Secretaria de Previdência do Governo Federal, que atesta a adequação do regime próprio de previdência social de Estado, Distrito Federal e de Município ao disposto na Lei 9.717/1998, na Lei 10.887/2004 e na Portaria 402/2008, de acordo com os critérios definidos pela Portaria MPS 204/2008.

Conforme previsão do art. 7º da Lei 9.717/2010, a regularidade na emissão do CRP constitui requisito para: realização de transferências voluntárias de recursos pela União; celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes; concessão de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da Administração direta e indireta da União; liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais.

Em consulta ao portal eletrônico do sistema Cadprev, constata-se a existência de CRP ao longo do exercício de 2021; atestando a regularidade junto às obrigações previstas pela Lei 9.717/1998; encontrando-se, atualmente, com validade até 05/03/2023⁶.

5 MONITORAMENTOS

Monitoramento é o instrumento de fiscalização utilizado pelo Tribunal de Contas para verificar o cumprimento de suas deliberações e os resultados delas advindos.

Em consulta ao sistema de monitoramento deste TCEES não foram constatadas ações pertinentes ao exercício em análise.

6 CONCLUSÃO E PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

As contas anuais ora avaliadas refletem a conduta do Sr. **GEDSON BRANDAO PAULINO**, no exercício de suas atribuições como prefeito municipal de Iconha, referente à condução da política previdenciária no exercício de 2021.

Respeitado o escopo delimitado pela Resolução TC 297/2016, a análise consignada neste Relatório Técnico teve por base as informações apresentadas nas peças e demonstrativos contábeis encaminhados pelo gestor responsável, nos processos de prestação de contas dos demais órgãos e entidades vinculados ao RPPS, assim como nos demonstrativos consultados no endereço eletrônico da Secretaria de Previdência do Governo Federal, nos termos da Instrução Normativa TC 68/2017.

⁶ Disponível em: <https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/>. Acesso em: 11/11/2022.

Sob o aspecto técnico-contábil, no que tange à condução da política previdenciária, opina-se pela **aprovação** da prestação de contas do Sr. **GEDSON BRANDAO PAULINO**, no exercício de 2021, na forma do art. 80, inc. I, da Lei Complementar Estadual 621/2012.

Vitória – E.S., 11 de novembro de 2022.

(documento assinado digitalmente)

Margareth Cardoso Rocha Malheiros
Auditor de Controle Externo
Matrícula: T203239